

Câmara aprova vinculação de recursos para saúde

José Paulo Lacerda/AE

De acordo com a emenda, Estados entrarão com 12% das receitas e municípios, 15%

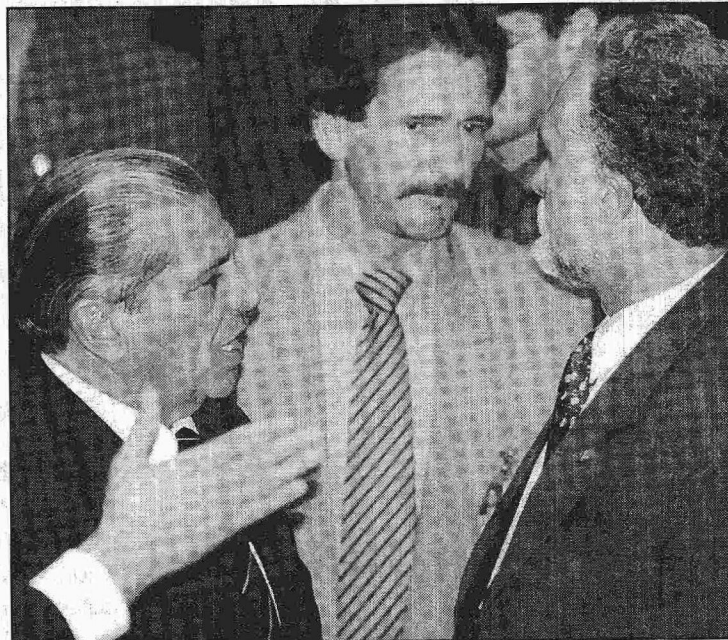
BRASÍLIA – A Câmara aprovou ontem em primeiro turno a proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula recursos da União, Estados e municípios para a saúde. O governo federal compromete-se a gastar no próximo ano pelo menos 5% a mais do que for destinado neste ano para ações na área, o que poderá resultar na aplicação de R\$ 22,5 bilhões em 2000. O valor da aplicação federal será corrigido a partir de 2001 com base na variação do Produto Interno Bruto (PIB) nominal. A PEC estabelece que, em um prazo de cinco anos (até

2004), os Estados deverão vincular à saúde 12% de suas receitas e os municípios, 15%.

Foram 405 votos favoráveis e 4 contrários à emenda, que ainda deve ser votada mais uma vez na Câmara e seguir para votação em dois turnos no Senado.

A oposição e mesmo os técnicos do Ministério da Saúde consideraram pequeno o valor que o governo federal propôs para o próximo ano e defendiam a destinação de R\$ 24 bilhões para o setor. O orçamento deste ano para a saúde é de R\$ 19,5 bilhões. Mas, com as suplementações a serem autorizadas ainda em 99, o total de recursos empenhados (que es-

tão comprometidos com as despesas, embora não tenham sido efetivamente liberados) deve alcançar R\$ 21,5 bilhões. Com os 5% a mais previstos na PEC, se-



Parlamentares discutem antes da votação: apenas 4 votos contrários

rão obtidos os R\$ 22,5 bilhões, conforme os cálculos dos parlamentares e dos técnicos.

O líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira

(PSDB-SP), disse que talvez não seja possível aprovar a PEC a tempo de incluir o valor estimado para o ano 2000 na proposta orçamentária da União. Nesse

caso, o governo terá de garantir os R\$ 22,5 bilhões por meio de suplementações orçamentárias. Mas mesmo deputados da base do governo na Câmara diziam ontem que estariam mobilizados para garantir a votação rápida da proposta em segundo turno.

Recuo – A proposta de estabelecer uma fonte fixa de financiamento para a saúde é debatida há seis anos na Câmara. Há semanas a PEC consta da ordem do dia para votação, mas ainda não havia acordo porque os partidos de oposição discordavam de aspectos da proposta. O governo recuou e o entendimento foi alcançado ontem, em uma reunião entre líderes dos partidos e o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). A correção do valor será feita com base no PIB nominal – que considera a inflação e traz a segurança de que o setor será protegido de perdas – por imposição dos partidos de esquerda. (Sônia Cristina Silva e Liège Albuquerque)

O POSIÇÃO
DISCORDAVA
DE ALGUNS
ASPECTOS